

FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E DOCÊNCIA DO ENSINO
SUPERIOR

VALERYA KARYNY SOUZA MENDONÇA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: um estudo sobre o acesso ao ensino superior

São Luís

2017

VALERYA KARYNY SOUZA MENDONÇA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: um estudo sobre o acesso ao ensino superior

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior da Faculdade do Laboro, para obtenção do título de Especialista.

Orientador: M. ^a Leonor Viana de Oliveira Ribeiro

São Luís

2017

Mendonça, Valerya Karyny Souza

Educação do campo: um estudo sobre o acesso ao ensino superior / Valerya Karyny Souza Mendonça -. São Luís, 2017.

Impresso por computador (fotocópia)

23 f.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior da Faculdade LABORO como requisito para obtenção de Título de Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior. -. 2017.

Orientadora: Profa. Ma. Leonor Viana de Oliveira Ribeiro

1. Educação. 2. Acesso. 3. População rural. 4. Educação do Campo. I. Título.

CDU: 37: 330.564.24

VALERYA KARYNY SOUZA MENDONÇA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: um estudo sobre o acesso ao ensino superior

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Gestão e Docência do Ensino Superior da Faculdade do Laboro, para obtenção do título de Especialista.

Aprovado em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Leonor Viana de Oliveira Ribeiro

Examinador

Examinador

EDUCAÇÃO NO CAMPO: um estudo sobre o acesso ao ensino superior

Valérya Karyny Souza Mendonça¹

RESUMO

O processo de democratização e acesso ao ensino superior é um tema que vem sendo discutido ao longo dos anos. Neste artigo, tem o objetivo analisar de que forma os teóricos tratam o ingresso ao ensino superior aos cidadãos de zona rural e quais mudanças vem ocorrendo nas formas de acesso, propondo ainda o princípio de equidade e oportunidade para o alcance do nível superior à população rural. O presente trabalho foi construído a partir do estudo bibliográfico e documental sobre as políticas de acesso ao ensino superior e que influência possui para os que residem em zona rural. Finalizando com alguns dos empasses que determinam a insuficiência da zona rural nos bancos de escolas de ensino superior, mostrando que muito além de expansão de oferta, as dificuldades estão em diversos setores. Reafirmando que o acesso ao ensino superior aos alunos de zona rural é um grande desafio a ser enfrentado pelo Brasil.

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação Superior. Democratização do Ensino. Políticas Educacionais.

ABSTRACT

The process of democratization and access to higher education is an issue that has been discussed over the years. In this article, the objective is to analyze how the theorists treat the entrance to higher education to the citizens of the rural zone and what changes are occurring in the forms of access, also proposing the principle of equity and opportunity for reaching the higher level to the rural population . The present work was based on the bibliographic and documentary study on the policies of access to higher education and what influence it has for those living in rural areas. Finalizing with some of the impasses that determine the insufficiency of the rural area in the banks of schools of superior education, showing that much beyond the expansion of supply, the difficulties are in several sectors. Reaffirming that access to higher education for rural students is a major challenge to be faced by Brazil.

Key words: Education, access, rural population Field Education, College education, Democratization of Education, Educational Policie

¹ Graduada em Turismo pela Faculdade do Maranhão (2015), estudante do curso de Gestão e Docência do Ensino Superior pela Faculdade Laboro – MA

1 INTRODUÇÃO

O sistema nacional de educação superior brasileiro vem ao longo dos anos sofrendo transformações. Democratização, acesso e qualidade social são temas que devem estar presentes nos meios acadêmicos e fora dele. Nesse sentido, contextualizar a educação do campo e o acesso ao ensino superior para essa camada da sociedade, necessita de análise constante.

Num país cuja maioria da população é pobre e que um percentual considerável mora em zona rural, questionar como surgiram os problemas enfrentados na educação rural, seu encadeamento histórico, a importância social que a educação superior possui e as faces que o acesso ao ensino superior tem alcançado a essa parcela da população, tornou-se uma questão relevante. Nesse sentido, este trabalho parte do problema que é analisar a maneira como os teóricos tratam o ingresso ao ensino superior e como isso atinge a população rural.

Dessa forma, o presente trabalho, objetiva analisar de que maneira os teóricos tratam o ingresso ao ensino superior aos residentes de zona rural, e quais as mudanças ocorridas nas formas de acesso, que propõem o princípio de equidade de oportunidades para o alcance do nível superior à população rural.

Os autores refletem sobre os programas sociais que facilitam o acesso ao ensino superior, travando um diálogo que contempla a forma que está sendo implantada e empregada a democratização do acesso a academia e os entraves para a população rural.

Surgindo de uma pesquisa bibliográfica onde considera as mudanças sócio-política, o presente artigo fundamenta-se em bases documentais, e apresenta no primeiro momento, o contexto histórico-social em que a educação superior se desenvolveu no Brasil fazendo um paralelo com o atraso que sofre a educação em zonas rurais, levando assim, à construção de uma população que com graves disparidades durante os anos no que tange a educação.

Após a observação do contexto histórico que o ensino superior se insere no Brasil, bem como sua importância para a sociedade como um meio de desenvolvimento social, tem-se por necessidade de um estudo sobre o acesso e a democratização do ensino superior na atual conjuntura brasileira, pontuando as

principais políticas públicas que foram implantadas nas últimas décadas e como a expansão do número de vagas vem sendo desenvolvida por meio delas.

Finaliza-se, expondo algumas das facetas que a então chamada “democratização do acesso ao ensino superior” tem apresentado no país espacialmente a população rural que possui um histórico de exclusão e de esquecimento em relação aos meios urbanos. Levando o leitor a refletir sobre até onde o acesso ao ensino superior tornou-se democrático.

2 EDUCAÇÃO NO BRASIL E SEUS LIMITES SÓCIO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A necessidade de observar constantemente a evolução das civilizações, suas novas diretrizes e exigências, determinam leituras diferentes de como se podem resolver os problemas de desequilíbrio social por meio da educação. No Brasil, não se pode falar de ensino sem que se remeta a algumas vertentes que envolvem a educação existente.

Levando a análise a um âmbito mais profundo, a educação brasileira há muitos anos deixou de ter apenas como foco a educação básica, hoje o ensino superior é um assunto abordado por diversos autores, principalmente no que refere as camadas sociais em que ela chega. Aspectos como acesso, permanência e democratização são assuntos presentes no meio acadêmico e fora dele, todavia o acesso ao ensino superior aos alunos de zona rural não é um assunto abordado com frequência, o que talvez explique seja a exclusão existente há anos para esta população.

Não se pode falar da educação superior no Brasil sem antes, fazer-se uma breve análise do seu histórico, e onde se insere. Surgindo em meados de 1808, com a vinda da família real para o Brasil, Durham (2005, p. 201) diz que “as primeiras Instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são ainda mais recentes, datando da década de 1930”.

As escolas de ensino superior possuíam um modelo autônomo, formando carreiras que atendessem as necessidades governamentais e da elite brasileira da época. Engenheiros, médicos e advogados eram as formações existentes, preparando a elite para a elite, porém nas áreas rurais até séculos passados não havia necessidade de mão-de-obra especializada, conta Calazans (1981), desse

modo, não via-se obrigação de educar a população rural e pobre, mesmo sendo um país agrícola e com a maior parte da população ainda morando em zonas rurais, o acesso à educação para os camponeses seus filhos e trabalhadores da lavoura eram ainda sonhos mais distantes.

De contra ponto, enquanto surgiam as primeiras escolas de ensino superior nas províncias, o ensino em áreas rurais do Brasil surgiu no fim do II império, e foi amplamente difundido somente na primeira metade do século XX, segundo relata Calazans (1981), o que demonstra que desde os primórdios da educação superior no Brasil já se vislumbrava o reflexo de hoje, uma predominante classe social letrada, restringida a regiões urbanas, como já afirmado por Saviani (2007, p. 441) que no Brasil, a história educacional aponta para uma evolução repleta de desigualdades.

Até 1822 a ampliação e domínio das escolas de ensino superior eram mantidas pela vontade de investimento do governo, porém a partir de 1891 as instituições privadas de ensino superior buscaram a possibilidade legal de existirem, oriundas da Constituição da República, ressalva Martins (2002).

Damartini (1979, p.178) descreve que mesmo no período da Primeira República a educação nas zonas rurais brasileiras continuou sendo inferior à urbana.

A análise das fontes escritas relativas ao período da Primeira República evidenciaram que [...] a política educacional adotada durante este período foi a do atendimento restrito e preferencial às populações urbanas, em detrimento das populações residentes nas áreas rurais, que eram justamente aquelas consideradas, na época, como as mais avessas à educação escolar [...] recebendo uma educação inferior à que se propunha para as áreas urbanas. (DAMARTINI, 1979, p. 178)

Se por um lado as escolas em zonas rurais do país ainda não conseguiam nem se estabelecer na educação básica, nas áreas urbanas pela década de 1920 cresceu esse conceito de universidade e sua funcionalidade na sociedade, então, no ano de 1920 fundou-se a primeira universidade brasileira, no Rio de Janeiro, tendo como foco o acolhimento da ciência, devendo promover pesquisas que saíssem do âmbito de simples instituições de ensino, mas tornando-se centro do saber, direcionando novos rumos a educação superior no país.

Para melhor compreensão desse processo evolutivo, apontam-se alguns momentos importantes ressaltados por Stallivieri (2006). O primeiro momento

ocorreu quando as instituições eram orientadas em enfatizar o ensino ao invés da investigação, sendo compostas pela elite brasileira que deveria ter foco na orientação profissional.

Entre a revolução industrial e a ascensão ao poder do governo militar (de 1930 a 1964), houve a criação de 20 universidades federais e públicas em território brasileiro, destaca-se também para a criação de algumas universidades religiosas, entre elas católicas e presbiterianas. Bavaresco (2014), retrata que o Brasil sofria nas décadas de 1940 e 1950 altos índices de analfabetismo e uma década mais tarde outros fatores ainda agravaram a educação rural, caracterizado principalmente pelo êxodo rural, aonde o homem do campo vai a busca de maiores oportunidades para melhorar as condições de vida.

Enquanto a educação rural caminha a passos lentos, importantes momentos na educação superior do país nas regiões metropolitanas vinham ocorrendo, nesse momento a terceira fase da educação superior surge em 1968 com o chamado movimento da reforma universitária, que se baseava na eficiência administrativa, estrutural, departamental, levando também a unificação e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Na década de 70, começa então a quarta fase com a Constituição de 1988 e a homologação de leis que regulamentavam a educação superior. A necessidade de flexibilizar o sistema e reduzir o papel do governo foram algumas questões presentes na época, numa tentativa de ampliar o sistema e melhorar os processos avaliativos focando na qualidade.

Panizzi (2004 *apud* Stallivieri 2006) diz que nesse contexto houve o surgimento e desenvolvimento das instituições de Ensino Superior no Brasil, em busca de atender o mercado e ao mesmo tempo buscando criar uma identidade própria. Trazendo para a atualidade, no Brasil, o ensino superior é regido pela Lei de Diretrizes e Bases que tenta sistematizar a educação superior no país, regido também a identificação e classificação das instituições de acordo a sua organização acadêmica, como já foi definido no Decreto nº 3.860 onde 9 de julho de 2001, podendo serem classificadas em Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Faculdades Integradas, Institutos, Escolas Superiores e Centros de Educação Tecnológica.

Ressaltado por Porto (2003), essas classificações mostram que, o que antes o modelo único de universidade era adequado, atualmente tornou-se inviável

para o conjunto das instituições. Hoje já é reconhecido por lei que a educação abrange diversos meios como familiar, social, cultural e civil. Por meio disso, a Lei de Diretrizes e Bases estabeleceu finalidades na educação superior e diante delas está a promoção da extensão, aberta à população tendo por objetivo difundir as conquistas e benefícios a todos, porém é possível questionar até onde chega essas conquistas, qual parte da população é beneficiada e em que contexto se insere os alunos e sociedade.

É possível hoje identificar o movimento de expansão do ensino superior brasileiro, oriundos de diversas circunstâncias econômicas, governamentais e sociais. A criação de programas sociais, propostas de financiamentos e entre outros demonstram que há um aumento de ingressantes ao ensino superior, principalmente no setor privado, uma vez que em 2001, 70% das matrículas dos alunos de graduação correspondem a esse setor, como pontuou Stallivieri (2006)

O Censo da Educação Superior de 2004 demonstra que a rede privada tem acolhido um número de alunos que cresceu em 115% de 1994 a 2001, enquanto as instituições públicas federais chegaram a 38,4%, as estaduais 53,9% e as municipais menos de 16%.

Por outro lado, mesmo com essa expansão, o Brasil ainda apresenta grande insuficiência de oportunidades educacionais, levando uma parcela da população a não ter acesso ao ensino superior, principalmente a classe econômica menos favorecida e de regiões de difícil acesso ou de baixo poder econômico. O que leva a necessidade de se considerar também que, mesmo com o crescimento de instituições de ensino superior, as instituições particulares em especial, não conseguirão se sustentar por tanto tempo, visto que os alunos que a elas pertencem, precisam ter condições financeiras suficientes para custear os estudos, o que torna o setor educacional privado instável e suscetível à queda.

Diante de todos os fatos apresentados, é possível observar que, mesmo sendo propagada como o caminho para erradicar diversas mazelas da sociedade, é sem dúvida perceptível que em seus diversos âmbitos, que o acesso ao ensino superior desde os primórdios beneficia em maior escala uma classe, mostrando que a universidade para setores rurais considera múltiplas barreiras, visto que historicamente a população do campo sempre ficou fora dos avanços educacionais no ensino superior. E como já ressalta Calazans (1981) a educação rural, sempre representou uma parte acanhada e marginalizada nas prioridades do setor público.

4 A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

No âmbito educacional, o acesso aos níveis de ensino como uma forma ampla e que atenda a todos de forma igualitária, deve ser exercida democraticamente, para tal, não é possível abrir mão da compreensão do que é democracia. Desse modo, a palavra democracia tem origem etnográfica do grego *demo*, significando povo, e *kracia* que provém da palavra governo.

É possível interpretar que, o povo é responsável pelo seu próprio governo, onde as decisões devem advir do que a população julgar próprio. Bobbio (1987, p. 135) expressa que democracia “Designa a forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo”. É claro que, há questionamentos de alguns autores de que a democracia não se resume a apenas poder político, onde o mesmo termo ultrapassa o conceito expresso. Seguindo nessa mesma linha de raciocínio, Silva (2006, p. 27) afirma:

A democracia, mais que uma forma de governo, diz respeito a uma prática social, e a democratização refere-se à participação dos membros de uma coletividade no usufruto dos bens materiais, culturais, artísticos e educacionais produzidos. (SILVA, 2006, p.27)

Nesse sentido, uma sociedade democrática é incumbida de fundar-se por normas morais da imparcialidade e, logo deve garantir a todos o direito a educação com qualidade. Coutinho (1979, p.34) parafraseia Berlinguer (1977), “A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista”. Sendo assim, a necessidade de democracia deve estar presente na sociedade, transformando as disputas para o alcance de um objetivo uma luta igualitária.

No âmbito da educação superior a democratização necessita de ações que permitam inclusão e/ou acesso a todas as camadas sociais, e que além da expansão e ampliação do número de matrículas, sejam igualitárias as oportunidades, atendendo as diversas regiões em que são inseridas, permitindo que as mesmas consigam permanecer nas instituições de ensino até a conclusão em com sua inteira realização. Pois como já afirma Coutinho (1979, p. 34) “Essa

universalidade não deve ser concebida apenas num sentido teórico; o valor da democracia não se limita a áreas geográficas”.

É preciso ter consciência que a democratização da educação superior é um processo incessante, buscando sempre estabelecer políticas que a atendam de forma ampla. Dias Sobrinho (2011, p. 121) reafirma isso quando diz que:

[...] a democratização é um núcleo dos mais importantes e urgentes da agenda atual da educação superior, pois é a partir do reconhecimento, enquanto princípio, de que a educação é um bem público, direito social e dever do estado que faz sentido falar em democratização do acesso e garantia de permanência dos estudantes em cursos superiores. (DIAS SOBRINHO 2011, p. 121)

A importância do exercício da democracia, demonstra que a educação é um direito de todos, dessa forma, o estado deve garantir que o acesso e a subsequência dos discentes do ensino superior sejam distribuídos de forma igualitária.

Quando ressaltada a forma de ingresso nas instituições de ensino superior, desde o início do século XX, o vestibular tornou-se o principal instrumento de acesso à academia no Brasil. Houve muitos decretos governamentais que fortificaram ou aperfeiçoaram este mecanismo sem, porém, tentar extingui-lo.

Atualmente, o Brasil possui algumas formas de ingresso ao ensino superior, todavia elas perpassam por processo seletivo. Mazzonni (et al, 2001, p. 121) descreve que:

Conforme a legislação brasileira, para ingressar na universidade, os alunos necessitam ser aprovados e classificados por um sistema de provas de admissão. Atualmente, podem ser considerados os resultados do Exame Nacional de Ensino Médio – ENEM e os resultados do concurso vestibular, no qual os alunos devem resolver problemas referentes às matérias estudadas no ensino médio. Para lograrem êxito, os alunos necessitam ser aprovados e devem estar entre os primeiros classificados (conforme o número de vagas existentes) para as carreiras que estão postulando.

Configura-se então que a democratização do acesso à academia deve ser constituída em ações efetivas do Governo por meio de políticas exclusivas que permitam o ingresso igualitário a todos. Mas há o questionamento: Até onde a democratização está chegando? É inegável que o Brasil vem passando nos último

anos por mudanças no que diz respeito a oferta educacional. Nas últimas décadas observou-se redução no analfabetismo e expansão no ensino médio e superior, apesar disso, chegar ao ensino superior ainda é restrito.

Dias Sobrinho (2010, p.1236) afirma isso, quando diz:

As políticas públicas de expansão de matrículas e inclusão social constituem um passo importante na luta pela superação das desigualdades, porém isoladamente, são ainda insuficientes para romper a hierarquização e diferenciações de uma sociedade dividida em excluídos e incluídos. (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1236)

O governo propondo mudanças dessa realidade, formulou programas sociais que ampliaram as vagas principalmente em instituições particulares. Dentre elas, destaca-se o Programa Universidade para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e também a Lei de cotas.

Apresentando-se um breve resumo de como se enquadra os programas sociais citados, o ProUni foi criado em 2004 e institucionalizado em 2005, tendo como objetivo do programa a permissão de bolsas de estudos parciais ou integrais nos cursos de graduação nas instituições de ensino superior privadas que recebem isenção de tributos do governo ao aderir ao programa.

Focando nos alunos oriundos de ensino médio em escola pública ou bolsista em escolas privadas, tendo como renda familiar *per capita* a máxima até 3 salários mínimos. Utilizando-se notas do ENEM. Tal programa também pode aliar-se ao Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), possibilitando o bolsista financiar o restante da bolsa caso ele se enquadre como bolsista parcial. Com o FIES também é possível financiar a graduação nas instituições de ensino particulares para estudantes não participantes do ProUni.

Já o programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI tem por objetivo o crescimento do ensino público, promovendo condições para que as Universidades Federais expandam física, pedagógica e academicamente seu campus. Um dos seus ideais é a ampliação da oferta de cursos e vagas, com projetos pedagógicos que batalhem contra a evasão escolar.

Por outro lado, as cotas surgiram como uma forma de beneficiar os menos favorecidos na sociedade, reservando uma porcentagem das vagas no ensino superior para negros, índios, estudantes de escolas públicas, ou bolsistas de escolas privadas, e também alunos de menor renda *per capita*. É importante salientar que as cotas não expandem a quantidade de vagas, mas vem com a proposta de incluir grupos considerados marginalizados ao convívio e oportunidade de ingresso nas instituições de ensino superior. Desse modo, mesmo com todos os avanços na expansão de oferta para o ensino superior, Ristoff (2008, p. 45) reitera que:

Se a palavra de ordem da década passada foi *expandir*, a desta época precisa ser *democratizar*. Isto significa criar oportunidades para milhares de jovens de classe baixa, pobres, filhos da classe trabalhadora e estudantes das escolas públicas tenham acesso à educação superior. Não basta expandir o setor privado [...] A democratização para acontecer de fato, precisa de ações radicais – ações que afirmem os direitos dos historicamente excluídos, que assegurem o acesso e a permanência de todos os que seriamente procuram a educação superior, desprivatizando e democratizando o *campus* público. (Grifos do autor) (RISTOFF 2008, p. 45)

Revelando assim que as políticas públicas de expansão de matrículas e inclusão social demonstram um fator importante na suplantação da desigualdade, porém separadamente não são suficientes para transgredir a estrutura hierárquica existente em uma sociedade demarcada em rejeitados e inseridos. Pois, como diz Zago (2006, p. 228) “A ampliação no número de vagas foi considerável nos últimos anos, mas sua polarização no ensino pago não reduziu as desigualdades entre grupos sociais”. O que comprova que, muito além de expandir, há hoje uma necessidade alarmante de se tornar igualitária a chegada ao meio acadêmico superior.

Por mais benéficas e fundamentais que as políticas de democratização da educação superior por meio da expansão de matrículas e ações de inclusões sociais são, elas ainda demonstram limites que não serão finalizados em pouco tempo, o acesso ao ensino superior ainda apresenta sérias falhas para diversas camadas da população brasileiras, principalmente no que tange a população rural e alguns desses pontos serão vistos a seguir.

5 AS FACETAS DO ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL AOS ALUNOS DE ZONA RURAL

É preciso ter consciência que a democratização da educação superior é um processo incessante, buscando sempre estabelecer políticas que a atendam de forma ampla. Já é possível perceber aumento no número de vagas e expansão, porém ainda sim, uma parte da população não consegue chegar ao ensino superior.

Com as características que são executadas as formas de acesso ao ensino superior, é possível alcançar os alunos oriundos da zona rural? A democratização do acesso possibilita de fato a população rural chegar ao ensino superior? Estas são questões existentes e devem ser levadas a sério, visto que uma sociedade que não permite que modelos acessíveis de ingresso ao ensino superior chegue à todas as classes e regiões do país, veste-se de uma democracia fajuta e pouco desenvolvida.

Não é possível negar o valor existente nas políticas públicas no que tange ao acesso ao ensino superior, tanto no seu sentido de inclusão social quanto humano. Porém, como já diz Dias Sobrinho (2010 p. 1241) [...] “assim como não alteram completamente as relações estruturais verticalizadas da sociedade, também não conseguem transformar significativamente os modelos institucionais pedagógicos”. Seguem assim, não solidificando aquilo que deve ser democrático no seu sentido profundo.

É perceptível a elocução frequente nos últimos anos sobre a democratização no acesso a academia. Mesmo ela sendo garantida constitucionalmente, o meio rural desde seu processo histórico foi excluído deste direito, onde a acessibilidade não foi e não é frequente. As universidades públicas em especial, por ser vista financeiramente como um órgão estatal, ou seja, deve receber a todos, mas, no entanto, é restrita aos setores rurais, Medeiros (*et al* 2010 p. 14) afirma:

Assim a Universidade para os setores do campo é ao mesmo tempo um direito e um desafio, pois não será qualquer tipo de formação universitária que corresponderá às exigências de reparação e superação produzidas no processo histórico. (MEDEIROS *et al* 2010 p. 14)

As desigualdades causadas por desequilíbrios regionais e setoriais, obviamente são julgadas como rejeitadas no que classificamos ético, social e

econômico. É claro que, a desigualdade de oportunidade no meio rural, não consiste apenas ao acesso ao ensino superior, na verdade, o problema está em diversos setores que em conjunto, dificultam a inserção do aluno de zona rural numa academia, demonstrando que, mesmo com programas sociais, expansão e matrículas e programas de cotas, ainda são insuficientes para fazer com que, o residente do campo, chegue ao ensino superior.

Analisa-se alguns pontos que reafirmam que, até o alcance as instituições de ensino superior no Brasil, esta camada da sociedade ainda possui um longo caminho a percorrer, casos como:

- Baixos níveis econômicos;
- Baixos nível no ensino básico, nesse contexto também se insere o predomínio de classes multiseriadas;
- Insuficiência e precariedade das estruturas físicas;
- O acesso a meios tecnológicos e internet;
- Insuficiências de redes de ensino médio em Zonas Rurais ou regiões circunvizinhas e também de instituições de ensino superior;

São fatores citados por alguns autores como Ney e Carvalho (2008), Rambo (*et al* 2011), e o próprio Ministério da Educação junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2007) como dificuldades presentes na educação rural, o que se conclui que quando reunidas, fazem da zona rural um lugar com menor probabilidade de acesso ao ensino superior no país.

Como visto anteriormente, desde seu histórico a educação superior no Brasil foi direcionada a elite, fazendo com que a classe pobre ganhasse grandes restrições ao alcance das instituições de ensino superior.

Dias Sobrinho (2010, p. 1229) diz que “a pobreza é, possivelmente, o mais importante fator da exclusão social e cultural”. Desse modo, a pobreza tem uma estreita ligação com a precariedade da educação básica. Quando observado os dados oficiais do MEC, cerca de 30,8 milhões de brasileiros residem no campo, estes mostram desvantagem, tanto no que condiz a capital físico quanto a sociocultural. Ney e Carvalho (2008) afirmam que no Brasil quando chega a maior idade, apenas 12,5% dos jovens de família de baixa renda conseguem alcançar o ensino médio e 2,7% consegue concluí-lo.

A questão torna-se mais crítica nas áreas oficialmente rurais do país, já que lá, a ocorrência da pobreza é maior, além de claro, a flexibilidade e natureza do serviço público são menores. O ministério da Educação (2007) afirma no panorama da educação do campo que de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2004 a escolaridade média da população de 15 anos para cima na zona rural, é correspondente a quase metade da estimativa que é da população urbana.

O que leva a refletir que, se para conseguir concluir o ensino básico existe essa grande dificuldade, quando isso alcança as vertentes de zona rural, percebe-se que a complexidade é maior ainda, mesmo os autores não possuindo números tangíveis dos alunos de zona rural que chegam ao ensino superior, é possível pressupor que os níveis são baixíssimos.

No que diz respeito à educação básica esta que é o alicerce para a construção de uma base segura para o alcance ao ensino superior, na zona rural, é repleta de lacunas, onde a frequência de escolas multisseriadas é um grave problema. Ney e Carvalho (2008) atestam que 64% das escolas com o primário apresentam esta característica, também contendo 19% de mistas e 17% de seriadas. Não só dispendo de menos recursos para buscar uma melhor qualidade de ensino no meio urbano, como também sofre com a dificuldade de obter reforço escolar dentro de casa. Sem deixar de citar também o corpo docente mal preparado e sobrecarregado, como já asseguram os autores, além de material didático defasado.

Quando se fala nas escolas de âmbito rural, algo que também leva a uma educação básica defasada e claro, comprometem o desempenho do aluno nos horizontes seguintes é a falta de infraestrutura. O ministério da Educação, em seu panorama sobre a educação no campo (2007) descreve como “precária” a situação estrutural nas escolas nesses setores, tendo como consequência a impossibilidade de acesso à energia elétrica, bibliotecas, chegando a cerca de 4,8 milhões de alunos. Fora isso, as tecnologias digitais é algo escasso no meio rural.

No que diz respeito às tecnologias digitais, é sabido que o processo de inclusão digital tornou-se essencial para o desenvolvimento da sociedade. Rambo (*et al* 2011, p. 559) expõe que: “A distância das áreas rurais em relação aos centros de disseminação do conhecimento, bem como a dificuldade de acesso a laboratórios de informática disponíveis em centros urbanos, torna essa exclusão bastante

evidente”. Um levantamento feito pelo Instituto de Tecnologia e sociedade (ITS) em 2015 revela que no Brasil, 32.434 escolas públicas ainda não englobam nenhum tipo de conexão com a internet, correspondendo a 22% do total de escolas públicas, e grande parte concentram-se no campo, onde possuem acesso à internet apenas 13% das escolas.

Falar do acesso à internet leva a discussão de outro ponto interessante, que é a forma de ingresso nas instituições de ensino superior oferecidas pelo governo, hoje para conseguir fazer o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), é necessário inscrever-se no site do Sistema de Seleção Unificada (SISU), porém não se leva em consideração que possivelmente muitos alunos de zona rural não possuem condições de inscrever-se no processo exatamente por falta de acesso à rede.

A oferta de vagas aumenta, porém não se disponibiliza meios igualitários para que todos possam usufruir da chamada democratização do acesso ao ensino superior. O último estágio escolar da educação básica é o Ensino Médio, porém de acordo ao Panorama da Educação no Campo (2007) o Brasil apesar do número de matrículas que praticamente dobraram na área rural dos anos 2000 a 2005, apresenta ainda grande necessidade de oferta para atender a população rural.

Tal carência tem grande significado no auxílio dos alunos de zona rural ao alcance de ensino superior. É inegável, que a solução do problema educacional não se limita apenas a ampliação da oferta de ensino público e do número de escolas seriadas, mas elaborando medidas que resolvam uma série de fatores que afetam significativamente o ensino rural, e seu comprometimento para o acesso ao ensino superior.

Outro aspecto a ser visto como um entrave para os residentes de zona rural é o fato da inexistência de universidades no meio rural, o que leva Medeiros (*et al* 2010 p. 12) a afirmar que “a demanda pela realização do nível superior de ensino das populações do campo ainda deve ocorrer, pelos próximos anos em universidades situadas no meio urbano”. O que leva a questionar, que para ter uma formação acadêmica o aluno de zona rural ainda deve sair de sua moradia, e que considerando sua classe econômica, nem sempre será possível, mesmo com as políticas de ampliação de vagas nas instituições privadas ou públicas, ainda mais levando em consideração a necessidade de transportes para o deslocamento.

Segundo Dias Sobrinho (2010, p.1237) dados levantados pelo IBGE possibilitam dizer que em média um quarto dos jovens em idade adequada não teria condições econômicas para estudar em um curso superior, ainda que gratuitamente. Ou seja, reafirma-se que houve expansão no número de ofertas para o ensino superior, mas mesmo assim não o torna democrático a acessibilidade ao mesmo.

No que se refere ao ensino básico, é perceptível que a má qualidade na formação básica dos alunos, sendo estes de zona rural (ou não), compromete seu acesso nas instituições de ensino superior, principalmente nas instituições públicas, onde se considera a qualidade superior às demais e suas vagas são disputadas por alunos de renda alta e escolas metropolitanas.

Os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), porta de entrada para as instituições de ensino superior públicas, tem demonstrado que a má qualidade na educação básica, leva reflexo para o exame. Porém, na medida em que o desenvolvimento do aluno aumenta no ensino básico, mais resultados positivos ele terá no exame.

Avaliando-se todo o contexto em que se insere a educação aos alunos de zona rural e as políticas de democratização de acesso ao ensino superior, é possível identificar que tais políticas não devem apenas conceber meios para todos estudarem, mas também garantir igualdade e equidade nas oportunidades oferecidas, tomando providências que permitam que os alunos mais desfavorecidos consigam ingressar de forma igualitária na academia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que já foi abordado, é perceptível que o acesso ao ensino superior no país vigente ainda apresenta grandes desafios de tornar o seu ingresso um modo equitativo. Essa distância parece maior ainda quando se analisa o aglomerado de necessidades que os autores descrevem e que precisa ser resolvida até a chegada a academia de ensino superior. Além disso, a falta de interesse em melhorias fica mais evidente quando, percebe-se que as pesquisas governamentais e os próprios trabalhos acadêmicos sobre a população rural e seu acesso a ensino superior são quase inexistentes no Brasil.

Se uma população não é vista nem estudada, torna-se um lugar esquecido por todos os meios, estudantis e governamentais. A verdade é que a

vulnerabilidade da população rural é um dos principais obstáculos para estar inserida na democratização do acesso à educação superior.

Os próprios autores revelam a dificuldade que é estabelecer diretrizes que faça a equidade algo presente na chegada ao ensino superior, pois, perante o elevado estado de descentralização do sistema educacional brasileiro, das desigualdades regionais e das fragilidades sociais e econômicas que afetam as comunidades rurais, as condições de melhoria na educação só poderão ser superadas quando as três esferas de governo promover ações eficazes que elevem a qualidade de ensino e coloquem os alunos de zona rural num patamar igualitário aos alunos de áreas urbanas para o ingresso as instituições de ensino superior.

Ainda hoje, o sistema de ensino superior no Brasil é elitista e excludente. Para que haja uma verdadeira democratização do acesso de qualidade e permanência no ensino necessitará da estruturação de diversos meios, especialmente na zona rural, que como se vê, possui uma carência que vai das questões econômicas aos usos tecnológicos e educacionais em sala de aula. Que embora citados separadamente, possuem elos que se entrelaçam.

Como citado pelos autores anteriormente, os baixos níveis de economia da população rural, geram uma lacuna entre concluir o ensino básico e ingressar e permanecer no ensino superior. Além disso, as próprias estruturas metodológicas e organizacionais (tanto no quadro docente quanto nos aspectos de infraestrutura) da educação básica na zona rural demonstram que existe um longo caminho a percorrer até conseguir se equiparar as escolas de zonas urbanas.

Demonstrando que, as oportunidades de chegar à educação superior não são iguais para quem mora num meio rural revelando assim, que as políticas públicas de expansão de matrículas e inclusão social demonstram um fator importante na suplantação da desigualdade. Porém, separadamente não são suficientes para transgredir a estrutura hierárquica existente. A sociedade do atual contexto ainda é demarcada por rejeitados e inseridos.

O desnivelamento de chance educacional rural colabora facilmente para o surgimento de desigualdade na população rural *versus* a urbana. A própria falta de dados que comprovem a minoria do meio rural na educação superior só reafirma que, esta é uma parte da população que não é vista pelos olhos de todos. O que torna ainda mais preocupante a disparidade existente entre esses dois meios populacionais

Olhando para a situação por outro ângulo, é possível perceber que as divergências de chances educacionais engendram dilemas como maior igualdade de renda no Brasil e também criam grandes diferenças de qualidade de mão de obra. Ou seja, a falta de oportunidades educacionais igualitárias, provoca também um desequilíbrio econômico, mostrando um círculo que gira em torno da população rural há anos, reafirmando os pontos principais apresentados pelos autores que precisam ser reorganizados na zona rural e na educação ofertada a esse público.

Perante tudo que foi apresentado, e considerando-se os autores que abordam a temática, é notório que o acesso ao ensino superior aos alunos de zona rural ainda é um dos maiores desafios educacionais que o Brasil possui pela frente.

REFERÊNCIAS

BAVARESCO, Paulo R.; RAUBER, Vanessa D. Educação do Campo: uma trajetória de lutas e conquistas. In: Unoesc & Ciência– ACHS, Joaçaba, v. 5, n. 1, p. 85-92, jan/jun. 2014

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Panorama da Educação no Campo**. Brasília, 2007.

BRASIL, BRASIL, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2004**, Brasília, 2004. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/2004/censosuperior/Resumo_tecnico-Censo_2004.pdf> Acesso em: 02.nov.2016

BRASIL, DECRETO Nº 3.860, DE 9 DE JULHO DE 2001. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/procon/legislacao/federal/Decreto3860jul01.pdf>>. Acesso em: 02.nov.2016

CALAZANS, Maria Julieta C, et al. **Políticas educacionais: Questões e contradições da Educação Rural no Brasil**. In: WERTEIN, Jorge e BORDENAVE, Juan Diaz (orgs). Educação rural no terceiro mundo: Experiências e novas alternativas. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981. p.161 a 197

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal**. In: SILVEIRA, Ênio et al. Encontro com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Livraria Ciências Humanas, 1979. V 9, pp 33-47.

DIAS SOBRINHO, José. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. *Educ. Soc.* [online]. 2010,

vol.31, n.113, pp.1223-1245. ISSN 0101-7330. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000400010>>. Acesso em: 20.jan.2017

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005

DIAS SOBRINHO, J. **Educação Superior: democratização, acesso e permanência com qualidade** (p. 121-152). In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; L AMARAL, Norberto Fermández, (orgs). Reformas e democratização de educação superior no Brasil e na América Latina. Aparecida, SP; Ideias & Letras, 2011.

DURHAM, E. **Educação superior, pública e privada (1808-2000)**, In. SCWARTMAN, Simon & BROCK, Colin. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro - Nova Fronteira, 2005, p. 1972-240.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA E SOCIEDADE. **Programa Banda Larga nas Escolas/** Estudos sobre os resultados do PBLE, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:< <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/01/Estudo-PBLE-Anatel.pdf>. >Acesso em: 02.fev.2017

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino Superior no Brasil: das descobertas aos dias atuais. 2002, Vol. 17, Sup. Pl. 3, Acta Cir. Bras. vol.17 suppl.3 São Paulo 2002 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>>. Acesso em: 04.fev. 2017.

MAZZONNI, Alberto Angel, TORRES, Elizabeth Fátima, ANDRADE, José Marcos Bastos. **Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior**. IN.: Revista ACT Scientiarum, Maringá, 23(1): 121-126, 2001. ISSN 1415-6814

MEDEIROS, Lucineide Barros, SOUSA, Juliana Kelle Alves de, MESQUITA, Maria Alves de. **Educação Rural e do Campo: Interrogações à Universidade, Universidade Estadual do Piauí, 2010**. Disponível em: <<http://www.uespi.br/prop/siteantigo/XSIMPOSIO/TRABALHOS/PRODUCAO/Ciencias%20da%20Educacao/EDUCACAO%20RURAL%20E%20EDUCACAO%20DO%20CAMPO-INTERROGACOES%20A%20UNIVERSIDADE.pdf>>. Acesso em: 24.jan.2017

NEY, Marlom Gomes, CARVALHO, Ailton Mota de, SOUZA, Paulo Marcelo. **Desigualdade entre ricos e pobres no acesso à educação no Brasil Rural e Urbano**. XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Rio Branco – Acre, 2008. Disponível em: <<http://sober.org.br/palestra/9/416.pdf>>. Acesso: 14.mar.2017

PORTO, C.; RÉGNIER, K. **O ensino superior no mundo e no Brasil: condicionantes, tendências e cenários para o horizonte 2003-2025: uma abordagem exploratória**. Brasília, DF, 2003. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/ensinosuperiormundobrasil Tendenciasenarios2003-2025.pdf>>. Acesso em: 15. Dez. 2016.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, Autores Associados, 2007.

SILVA, Antônia Almeida. Democracia e democratização da educação: primeiras aproximações a partir da teoria do valor. In.: PARO, Vitor Henrique. **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

RISTOFF, Dilvo. Educação Superior no Brasil – **10 anos após LDB : da expansão à democratização**. In.: BITTAR, Marluce, OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSIN, Marília (Orgs.) Educação Superior no Brasil – 10 anos pós-LDB: INEP, 2008, p. 39-49

RAMBO, Anderson Felipe; FERREIRA, Alisson; COMIN, Denise da Silva; MANFIO, Jeferson; ALMEIDA, Marco Zaiosc, PRASS, Fábio Sarturi. **A inclusão digital e sua importância para áreas rurais**. Atos do Congresso Responsabilidade e Reciprocidade, Recanto Maestro – 2011. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=A+inclus%C3%A3o+digital+e+sua+import%C3%A2ncia+para+%C3%A1reas+rurais.+Atos+do+Congresso+Responsabilidade+e+Reciprocidade>>. Acesso: 20.jan.2017

STALLIVIERI, L. **O Sistema de Ensino Superior do Brasil: Características, Tendências e Perspectivas**. Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais. Universidade de Caxias do Sul. 2006. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/2015111051735b2558185badbe931b72e/Stallivieri_-_O_Sistema_de_Ensino_Superior_do_Brasil.pdf>. Acesso em: 13. Fev. 2017

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: processo de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro. V. 11, Nº 32, p. 226-237, 2006.